17:43 35%

Opinião do GLOBO

Lula mina a confiança no Brasil

Ao intervir na Petrobras, presidente corrói credibilidade do mercado e prejudica desenvolvimento

Todo investidor sabe que a Petrobras é uma empresa de capital misto controlada pelo governo (que detém 37% do capital). Tampouco é novidade o presidente da petroleira ser escolhido também pelo governo. E os acionistas têm conhecimento das regras de governança que a protegem do risco de interferência do Palácio do Planalto. Afinal, ter o controle não significa poder fazer o que se quer a qualquer hora, nem mudar a direção dos negócios ao sabor das próprias vontades. Quando a governança enfraquece, a empresa perde valor e, com isso, entra em xeque a credibilidade do mercado de capitais brasileiro. É exatamente o que tem acontecido em razão das atitudes do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Desde 2021, a Petrobras distribui entre os acionistas uma fatia extra dos lucros quando obtém bons resultados, os dividendos extraordinários. A expectativa de que voltassem a ser distribuídos neste ano alavancou as ações. O presidente da petroleira, Jean Paul Prates, defendia a distribuição de 50% do resultado extraordinário em dividendos, mas tal visão não prevaleceu no Conselho. Na semana passada, a Petrobras comunicou que pagaria apenas dividendos ordinários, mas nada de dividendo extraordinário. A reação foi previsível: a empresa perdeu R$ 55 bilhões em valor de mercado em um dia.

São nítidas as digitais de Lula na decisão. Ele encara a petroleira estatal como instrumento de política pública. Chamou de "choradeira" a desvalorização da empresa. "O mercado é um rinocerente, dinossauro voraz que quer tudo para ele e nada para o povo. Será que o mercado não tem pena das pessoas que passam fome?", afirmou. Tal declaração não tem nexo. O governo é o maior acionista da Petrobras. Uma empresa rentável traz mais recursos ao Tesouro, portanto mais verba para combater a fome e outras mazelas.

É certo que os governos do PT não foram os únicos a atacar a governança da Petrobras. Em 2021, Jair Bolsonaro chamou de "crime" o lucro da empresa e demitiu o então presidente, Roberto Castello Branco. A diferença das administrações petistas é o alcance. Basta lembrar que a Petrobras, no governo Dilma Rousseff, tinha a maior divida corporativa do planeta — em torno de US$ 160 bilhões — e se tornou foco do maior escândalo de corrupção da História do Brasil. A partir do governo Michel Temer, com a aprovação da Lei das Estatais, a empresa adotou regras de governança mais rígidas para se proteger. Essa conquista está sob ataque.

O governo Lula quer voltar a um passado desastroso. A atual gestão suspendeu o exitoso programa de venda de ativos. Retomou investimentos no refino, entre eles a obra da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, outrora um dos maiores focos de corrupção. Quer recuperar o controle de outra refinaria privatizada em Mataripe. Destinou recursos à exploração de campos terrestres e fala até em voltar a operar postos de combustível. Nada disso faz sentido para uma empresa que precisará lidar com a transição para além dos combustíveis fósseis nas próximas décadas.

A investida de Lula não se restringe à Petrobras. Com base na visão de que grandes empresas devem se submeter aos desígnios do governo, ele tentou até indicar o novo CEO da Vale, uma empresa privada (a manobra foi detida). Cada movimento desses não só destrói valor, mas também corrói a credibilidade do capitalismo brasileiro, essencial para promover o desenvolvimento que Lula afirma defender.

Reforma do ensino médio satisfaz à demanda dos próprios estudantes

Pesquisa constatou aprovação a maior flexibilidade curricular. Governo deveria acelerar implementação

Gestores, políticos, sindicatos, entidades estudantis e pais debatem há anos as mudanças aprovadas em 2017 no ensino médio, guiados por suposições a respeito do que pensam os jovens. Deveriam ouvi-los. Uma pesquisa encomendada ao Datafolha pelo movimento Todos Pela Educação mostra que a maioria dos jovens de 14 a 16 anos — ingressantes no ensino médio — defende alguma flexibilização no currículo, em sintonia com a reforma.

Os que reivindicam um currículo mais flexível somam 65%. Destes, 35% são favoráveis a uma escola que ofereça em parte do tempo as mesmas disciplinas a todos os alunos e, noutra, a oportunidade de aprofundar conhecimentos em matérias de maior interesse. Outros 30% defendem uma escola que combine disciplinas comuns e um curso técnico. Uma fatia de 35% é favorável ao modelo adotado antes da reforma: as mesmas disciplinas para todos os alunos.

O levantamento revela também que, embora o debate sobre as mudanças no ensino médio mobilize os meios educacionais e as redes sociais, a discussão ainda é tímida entre os estudantes. Apenas 8% dos entrevistados disseram estar "bem informados" sobre a questão, e 53% relataram não ter conhecimento.

O Ministério da Educação deveria dar atenção à pesquisa. Até agora, o governo, pressionado por sindicatos e grupos contrários, tem protelado a implantação da reforma aprovada no Congresso. Em abril do ano passado, o ministro da Educação, Camilo Santana, decidiu suspender o cronograma, sob o argumento de que as mudanças precisavam ser aperfeiçoadas. No fim do ano, foi enviado um Projeto de Lei ao Congresso, e lá permanece, porque o MEC se mostra incapaz de superar o impasse com os parlamentares em torno do tema.

É verdade que a reforma precisava de ajustes. Uma das críticas ao novo modelo é ele dedicar pouco tempo às disciplinas tradicionais e muito à parte flexível do currículo. Mas pequenas correções de rumo não podem servir de pretexto para jogar fora toda a reforma. O projeto que adormece no Congresso busca aperfeiçoá-la, mantendo os pontos positivos, como maior flexibilização, valorização do ensino técnico e currículos mais sintonizados com os interesses dos estudantes e as demandas do mercado de trabalho.

Governo e Congresso precisam entender que os próprios estudantes desejam ter liberdade para escolher o que querem estudar, evidentemente sem esquecer as disciplinas básicas. Estão em consonância com o espírito do novo ensino médio. É fundamental que o projeto avance, para que as mudanças sejam logo implementadas. Ganharão os estudantes, o mercado de trabalho e o Brasil.

Artigos

oglobo.globo.com/opiniao/
cartas@oglobo.com.br

VERA MAGALHÃES

blogs.oglobo.globo.com/vera-magalhaes
vera.magalhaes@oglobo.com.br

Governo acumula crises e perde primeiro trimestre

Em 2024, tem sido uma constante a promessa de que a próxima semana será aquela em que o governo Lula fará deslanchar sua agenda para o ano. E, a cada semana, o que se vê é o acréscimo de alguma crise autoalimentada a um portfólio já extenso. O resultado é que o primeiro trimestre já está praticamente perdido, isso num ano cujo calendário já seria atípico, ditado pelas eleições.

Nem Freud explica por que Lula e seus ministros decidiram desperdiçar a boa colheita política e econômica de 2023 e o pior momento vivido por Jair Bolsonaro com polêmicas inúteis, revisão de velhas práticas reprovadas por amplas parcelas da sociedade e recaídas intervencionistas numa economia que vinha crescendo a 3%.

Em 8 de fevereiro, os brasileiros já estavam colocando a fantasia e o *glitter* para o carnaval quando foram surpreendidos pelas estarrecedoras revelações da extensão da trama golpista engendrada por Bolsonaro em vários momentos de 2022. O núcleo mais próximo do ex-presidente e ele próprio foram atingidos por medidas policiais e judiciais. Nessa mesma época, Lula estava numa agenda intensiva de viagens a estados-chaves nas eleições de outubro, fechando acordos promissores com partidos aliados no Rio e em São Paulo. Parecia ensaiar também um armistício com Arthur Lira, que destravaria as votações no Congresso, e contava com a paciência mineira de Rodrigo Pacheco para segurar o ímpeto da oposição. No Supremo, estava próxima a posse de Flávio Dino, mais um ministro nomeado pelo petista, que deveria compor a já esmagadora maioria a favor de punições severas para os que tentaram suprimir a democracia.

A arrecadação vinha de vento em popa, puxada justamente pelas medidas exitosas de 2023, e a ideia era acelerar investimentos para dar um gás na popularidade presidencial.

Aí o presidente decidiu mudar o rumo do barco e ignorar as cartas náuticas. Vieram as falas comparando o Holocausto à guerra em Gaza, os rumores por pressão para emplacar um aliado na presidência da Vale, uma empresa privada, e a demora em encaminhar efetivamente um acordo com o Congresso.

Em seguida, em vez de retomar a navegação por aparelhos, o presidente voltou a incorrer em improviso eivado de desinformação ao comparar a democracia brasileira à autocracia venezuelana, o governo levou uma surra na composição das comissões da Câmara, evidenciando o apagão de liderança política no Parlamento, e, agora, provocou, pela sanha intervencionista, uma crise que fez derreter as ações da Petrobras a troco de nada.

As declarações de Rui Costa, minimizando a crise e atribuindo-a, de forma leviana, a especulações do mercado, quando todo mundo sabe de onde partiu o rojão, nada mais são que uma tremenda digital do ministro da Casa Civil no episódio desastroso.

Outra evidência disso foi a entrada em cena de Fernando Haddad para tentar mediar a situação e evitar que a crise escalasse. Ao praticamente bancar a permanência, ao menos por ora, de Jean Paul Prates à frente da empresa e designar um conselheiro de sua confiança para o conselho, Haddad se contrapõe ao avanço de Costa para ampliar sua influência sobre o governo como um todo e para tentar pautar a diretriz política e econômica — no sentido de um Estado que tudo pode, tudo faz e tudo vê, que não condiz mais com o desenho institucional, social e político do país.

Os embates entre Costa e Haddad, até aqui tratados de forma discreta por observadores internos e mantidos nos bastidores pelos próprios, tendem a se tornar mais visíveis a olho nu à medida que avance a disputa pelo rumo do governo.

Lula não colheu nada de bom com este começo de ano pautado pelo voluntarismo. Sua popularidade cai um pouco a cada pesquisa e, agora, até sua capacidade de transferir votos para seus candidatos a prefeito parece comprometida, como mostrou o Datafolha em relação ao pleito paulistano.

Tanta trapalhada deu a Bolsonaro um respiro para sair das cordas e a capacidade de, mesmo em péssimos lençóis, rearticular a oposição e se reaproximar do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas.

Aliados de Lula contam com medidas como o anúncio de mais de cem novos institutos federais, a renegociação da dívida dos estados e a retomada da agenda de viagens para reverter a maré de más notícias. Além de serem estratégias velhas, de nada adiantarão se o presidente continuar falando e fazendo o que lhe der na veneta ou o que lhe sopram aliados sem sintonia com a realidade, que não lhe fornecem os dados precisos.

GRUPO GLOBO

Princípios editoriais do Grupo Globo: http://gle.bo/pri_edit

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE: João Roberto Marinho
VICE-PRESIDENTES: José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

O GLOBO
é publicado pela Editora Globo S/A.
DIRETOR-GERAL: Frederic Zoghaib Kachar
DIRETOR DE REDAÇÃO E EDITOR RESPONSÁVEL: Alan Gripp
EDITORES EXECUTIVOS: Leticia Sander (Coordenadora), Alessandro Alves, André Vieira da Fábula Barbosa, Luiza Bapteista e Paulo Celso Pereira
EDITOR DO IMPRESSO: Miguel Caballero
EDITOR DE OPINIÃO: Helio Gurovitz
Rua Marquês do Pombal, 25 - Cidade Nova - Rio de Janeiro, RJ
CEP 20.230-240 - Tel: (21) 2534-5000 Fax: (21) 2534-5535

EDITORES
Política e Brasil: Thiago Prado - thiago.prado@oglobo.com.br
Rio: Rafael Galdo - rafael.galdo@oglobo.com.br
Economia: Luciana Rodrigues - luciana.rodrigues@oglobo.com.br
Mundo: Leila Suwiten - leila.suwiten@sp.oglobo.com.br
Saúde: Ariana Dias Lopes - ariana.dias@sp.oglobo.com.br
Segunda Caderno: Marcelo Dantas - dantas@oglobo.com.br
Esportes: Thales Machado - thales.machado@oglobo.com.br
Fotografia: André Sarmento - asarmento@oglobo.com.br
Home e redes sociais: Tiago Dantas - tiago.dantas@oglobo.com.br
Audiência: Gabriela Goulart - ggoulart@oglobo.com.br
Acervo e Pesquisa: William Fidal Filho - william@oglobo.com.br

SUPLEMENTOS
Boa Viagem: Marcelo Dantas - dantas@oglobo.com.br
Rio Show: Inês Amorim - ines@oglobo.com.br
E.G.: Vera Cavuca - veracavuca@oglobo.com.br
Bairros: Viktor Calmon Filho - mailicon@oglobo.com.br

SUCURSAIS
Brasília: Thiago Bronzatto - thiago.bronzatto@bsb.oglobo.com.br
São Paulo: Renato Andrade - renato.andrade@sp.oglobo.com.br

ATENDIMENTO AO ASSINANTE
www.portaldoassinante.com.br ou, pelos telefones: 4002-5300 (capitais e grandes cidades) 0800-0218433 (demais localidades)
WhatsApp: 21 4002 5300
Telegram: 21 4002 5300

ASSINATURA MENSAL
com débito automático no cartão de crédito ou débito automático em conta-corrente (preço de seguinte ao vigente)
Cariocas RJ, MG, SP e ES: R$ 169,90
(O Globo não faz cobranças em domicílio)

VENDAS EM BANCA
Dias úteis: RJ, SP, MG e ES: R$ 6,00
Demais regiões: R$ 7,00 (R$ 6,00)
Carga tributária aproximada de 20%

O GLOBO não entra em contato para cobranças de multa ou renovação de assinatura. Desconfie e jamais forneça qualquer dado a respeito desses temas. Para ser O GLOBO em seu jornal de vendas, acesse para vendas@oglobo.com.br

FALE COM O GLOBO:
Geral (21) 2534-5000 Classifone (21) 2534-4333
Assinaturas 4002-5300 ou oglobo.com.br/assine

AGÊNCIA O GLOBO DE NOTÍCIAS: Venda de notícias: (21) 2534-5501 Banco de imagens: (21) 2534-5777
Pesquisa: (21) 2534-5201

PUBLICIDADE Notícias: (21) 2534-4300 Classificados: (21) 2534-4333 Jornais de Bairro: (21) 2534-4350 Missas, religiosos e Kinders: (21) 2534-4033 Plantão nos fins de semana e feriados: (21) 2534-5150

FSC
Leia mais e fale pelo Celular OG
CARBON FREE